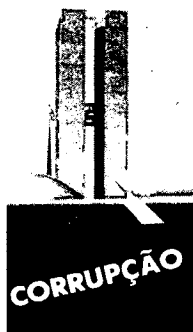


CPI antecipa trabalho para apressar punição de parlamentares corruptos

Orçamento



O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), anunciou ontem a intenção de antecipar para o dia 12 de janeiro a divulgação do seu relatório final com as propostas de cassação dos mandatos dos parlamentares envolvidos no desvio de verbas públicas federais. Frustrado o objetivo de fazer um relatório parcial ainda este ano, Magalhães resolveu fazer um novo calendário dos próximos passos da CPI, de modo que não seja necessária outra prorrogação dos seus trabalhos para além do dia 17 de janeiro — prazo final para a conclusão das investigações da comissão.

Durante reunião interna, a CPI decidiu também acelerar os trabalhos esta semana e ampliar a colaboração com a Procuradoria-Geral da República. Com isso, a CPI espera que o procurador-geral Aristides Junqueira tenha condições de deflagrar os processos penais e de bloqueio de bens de todos os que forem apontados como culpados pelo relatório geral.

Pelo novo calendário, os coordenadores das subcomissões da CPI deverão apresentar seus relatórios até o dia 6 de janeiro. No dia 12, Magalhães divulgará o seu relatório final. No dia 14, o relatório deverá ser então votado. Inicialmente, não há nada previsto para os três dias antes do prazo de conclusão dos trabalhos da comissão, classificados como "reserva técnica" por Roberto Magalhães. Ontem, a mesa diretora da CPI e os coordenadores das subcomissões se reuniram para tentar contornar o obstáculo da falta de tempo e enquadrar os depoimentos que ainda faltam ser tomados pela comissão no novo calendário de trabalhos.

Jogo — O número de pessoas sob investigação da CPI já chegou a 48 políticos, entre parlamentares, ministros e governadores, e não haverá tempo para que todos sejam ouvidos, um a cada dia, pela comissão. O senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da subcomissão de patrimônio, sugeriu na reunião que a comissão se divida até em três subcomissões para que todos os depoimentos ocorram e não haja discriminação. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), revelou, no entanto, resistência à ideia por temor de

que pessoas apenas citadas nas denúncias, mas contra as quais não se reuniram indícios de culpa, acabem sendo convocadas, apenas por pressões ou interesses de jogo político.

"Não vou vazer na CPI jogo para ninguém", advertiu Passarinho. Antes mesmo, porém, da definição dos próximos depoimentos, novas dificuldades para o cumprimento do calendário traçado por Magalhães surgiram. O deputado evangélico João de Deus Antunes (PPR-RS), acusado de desviar subvenções sociais recebidas por entidades religiosas de seu estado, que

deveria prestar depoimento hoje cedo, pediu o adiamento do seu interrogatório, sob a alegação de que sua defesa não está completa. O deputado Flávio Derzi (PP-MS), acusado pelo ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos de integrar a máfia do Orçamento, que deveria depor, também, hoje, às 18h00, pediu o adiamento do seu depoimento por duas horas para acompanhar a cirurgia da sogra em São Paulo.

Passarinho considerou que o pedido era uma manobra de Derzi para que seu depoimento não ga-

nhasse destaque no noticiário da imprensa no dia seguinte, por causa do seu horário tardio, e não aceitou marcar uma nova hora para o interrogatório. O problema que o recesso do Congresso causaria ao prosseguimento dos trabalhos da CPI, porém, foi praticamente superado ontem. Se o recesso do Congresso continuasse marcado para entre os próximos dias 23 de dezembro e 6 de janeiro, a CPI poderia continuar trabalhando. As mesas da Câmara e do Senado devem decidir hoje, no entanto, que o recesso será suspenso para que os trabalhos da CPI não sejam interrompidos.